

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO
POLO MARIANA
LEANDRO GONÇALVES DE REZENDE**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E FORMAÇÃO CIDADÃ:
identidade, memória e pertencimento a partir do levantamento dos
patrimônios culturais de Florestal/MG.**

**MARIANA
2019**

LEANDRO GONÇALVES DE REZENDE

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E FORMAÇÃO CIDADÃ:
identidade, memória e pertencimento a partir do levantamento dos patrimônios
culturais de Florestal/MG.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Juiz de Fora como
requisito para conclusão da Pós-Graduação em
História e Cultura no Brasil Contemporâneo.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti
Tutora: Valéria Alves Guimarães

**MARIANA
AGOSTO – 2019**

LEANDRO GONÇALVES DE REZENDE

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E FORMAÇÃO CIDADÃ: identidade, memória e pertencimento a partir do levantamento dos patrimônios culturais de Florestal/MG.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito
para conclusão da Pós-Graduação em História e Cultura
no Brasil Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador Professor Doutor: Rodrigo Christofolletti.

Professor Doutor: André Daibert

Professora Tutora: Valéria Guimarães

Mariana, 03 de Agosto de 2019.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rezende, Leandro Gonçalves de.

Educação Patrimonial e Formação Cidadã: identidade, memória e pertencimento a partir do levantamento dos patrimônios culturais de Florestal/MG. / Leandro Gonçalves de Rezende. -- 2019.

35 p. : il.

Orientador: Rodrigo Christofolletti

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas.

Especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo, 2019.

1. Memória. 2. Educação Patrimonial. 3. Patrimônio. 4. Identidade. 5. Florestal/MG. I. Christofolletti, Rodrigo , orient. II. Título.

À amada Florestal, terra dos meus avôs, dos meus pais e da minha infância....
À Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, local de conhecimento,
de labor, de formação e de construção de memórias!

AGRADECIMENTOS

Agradecer nem sempre é fácil. Com certeza é bem mais difícil do que pedir. Mas faz-se necessário! Na medida em que agradecemos nos pomos a serviço e reconhecemos os préstimos de outrem em nossa caminhada. Na realização do Trabalho de Conclusão de Curso da *Pós-graduação em História e Cultura no Brasil Contemporâneo* da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF muitas mãos, olhos, ouvidos e corações auxiliaram-me no mister do fazer História. Assim, em primeiro lugar, preciso agradecer a Deus, o Senhor que me deu força e coragem desde o início, e que me ajudou em todos os momentos dessa jornada, que ampliou meus horizontes de debate e as minhas possibilidades de pesquisa. Acostumado, desde a graduação e o mestrado, ao universo mineiro do século XVIII, eu me deparei com uma realidade nova e potencialmente rica, que atualizou meu olhar e me fez ponderar a respeito do meu trabalho, da prática docente e, sobretudo, sobre o poder e as utilidades da História.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor Rodrigo Christofolletti, que gentilmente aceitou caminhar comigo ao longo desse processo, no qual estabelecemos uma profícua parceria, baseada na troca de informações e na construção do conhecimento. Agradeço também às tutoras que auxiliaram na realização de cada atividade desenvolvida. O presente TCC é resultado do amadurecimento de cada sugestão, correção e explicação. De forma especial, agradeço à tutora Valéria Alves Guimarães, que, com bastante diligência, explicou, leu, orientou e corrigiu muitos de meus trabalhos ao longo dessa caminhada. Ela tornou-se um importante elo no processo de ensino-aprendizagem, muitas vezes solitário na modalidade de Educação à Distância. Dessa forma, sou grato por todas as contribuições que foram feitas ao longo do curso. Por certo, houve algumas divergências e alguns embates, o que talvez seja normal (e muito proveitoso) no ambiente acadêmico.

Sou grato por tudo o que aprendi na *Pós-graduação em História e Cultura no Brasil Contemporâneo* da UFJF. A convivência, on-line, com alguns professores desta instituição, num momento de absoluto descaso com o ensino e com a História, deu-me ânimo novo para seguir e sobreviver à crise. Atualmente, o conhecimento adquirido em todas as disciplinas é aplicado nas diversas atividades que desenvolvo na docência, na pesquisa e na vida cidadã, crítica e consciente.

Agradeço aos muitos amigos! Cada um, em particular, contribuiu para que esta meta fosse alcançada. Agradeço também a toda minha família, na figura de meus pais: Eugênio Gonçalves de Rezende e Maria do Carmo Pinto de Rezende. O trabalho, que muitas vezes

exigiu o isolamento, contou com a solidariedade e a compreensão deles, que, mesmo não entendendo bem o que eu estava a fazer, sempre me apoiaram.

Agradeço a cada um dos alunos do Polo de Mariana. Os fóruns, debates, trabalhos, vídeos e encontros presenciais foram oportunidades únicas de conhecer novos amigos e de perceber e partilhar novas perspectivas, realidades e soluções. Foi um tempo especial para constatar que nem tudo está perdido e de que, usando do conhecimento histórico, é possível construir uma nova sociedade.

Agradeço também aos locais de pesquisa, em especial aos seus funcionários e voluntários, que, no seu trabalho cotidiano de ajuda os pesquisadores, contribuem, sobremaneira, para salvar e desvendar parte da Memória e da História de nossa sociedade, atualmente tão marcada pelo descaso com a pesquisa, com as Humanidades e com o passado. Dessa forma, merece menção o Museu Histórico de Pará de Minas e a Prefeitura Municipal de Florestal.

Por fim, deixo meu agradecimento especial à Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, da cidade de Florestal, meu local de trabalho. Sou grato aos diretores, professores, funcionários e alunos que embarcaram comigo nessa jornada histórica, que, de forma serena, proporcionou maior entendimento sobre a cultura local. A luta pela preservação patrimonial é bem maior que o simples cuidado de preservação, ela perpassa pelo reconhecimento individual, pela sensação de pertencimento, pela Memória e pela participação cidadã na construção de uma realidade melhor.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende pensar a questão patrimonial da cidade de Florestal, pequeno município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a partir do levantamento dos patrimônios culturais locais. Para tanto, aplicou-se um projeto de intervenção pedagógica na Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, a partir do qual foram trabalhados os conceitos de cultura, identidade, memória e pertencimento. Florestal, uma típica pequena cidade do interior do estado de Minas Gerais, é um espaço privilegiado, no qual expressões culturais e patrimoniais puderam ser construídas e compartilhadas por membros de uma sociedade, cujos suportes de memória são seus bens culturais, materiais e imateriais. O levantamento desses suportes buscou inserir os estudantes no contexto histórico que eles vivem, demarcando possibilidades sociais, legitimando os usos dos espaços públicos e as tradições locais, de modo a criar sentidos e sentimentos no seio comunitário. Assim, através da educação patrimonial, possibilitaram-se meios para que a população de Florestal se reconhecesse em seu patrimônio, fomentando as discussões sobre a preservação e evitando a destruição de referenciais da história da comunidade local, na medida em que ela se encontra e se (re)significa nos seus bens patrimoniais.

Palavras-chave: Florestal/MG, Memória, Patrimônio, Educação Patrimonial, Identidade.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1. Trabalhos realizados na Ação de Intervenção Pedagógica – Foto: Leandro Rezende	16
Figura 2. Apresentação do professor sobre patrimônios culturais no dia da Ação de Intervenção Pedagógica – Foto: Sílvia Cunha.....	16
Figura 3. Produções textuais elaboradas pelos alunos durante a Ação de Intervenção Pedagógica - Foto: Leandro Rezende.....	17
Figura 4. Construção da Igreja Matriz de São Sebastião, em Florestal - Fotógrafo desconhecido.	18
Figura 5. Festividade em frente à Igreja Matriz de Florestal, na década de 1960 - Foto: Acervo Particular.....	19
Figura 6. Desfile cívico em frente à Igreja Matriz, década de 1970 - Foto: Acervo da Prefeitura.	19
Figura 7. Igreja Matriz de Florestal, antes da revitalização da praça, década de 2000. Foto: Acervo da Prefeitura.....	19
Figura 8. Cartaz elaborado pelos alunos sobre a escola através do tempo - Foto: Leandro Rezende.	20
Figura 9. Fazenda de Ribeirão do Ouro, em 2010 - Foto: Acervo particular.....	21
Figura 10. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, década de 1960. É possível reconhecer o Ipê Roxo ainda jovem. Foto: Acervo da EESRR.....	21
Figura 11. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, no inverno de 1999 - Foto: Acervo da EESRR.	22
Figura 12. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, primavera de 2007 - Foto: Acervo da EESRR.	22
Figura 13. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, no inverno de 2010 - Foto: Leandro Rezende.	23
Figura 14. Mulheres tecendo tapetes arraiolos em Florestal, na década de 1960 - Foto: Acervo Particular.....	24
Figura 15. Tecelã de tapetes arraiolos em Florestal, em 2010 - Foto: Acervo Particular.	24
Figura 16. Banner com o Decreto de Criação da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende - Foto: Leandro Rezende.	25
Figura 17. Linha do tempo elaborada pelos alunos durante feira cultural, 2019 - Foto: Leandro Rezende.	26
Figura 18. Linha do tempo elaborada pelos alunos durante feira cultural, 2019 - Foto: Leandro Rezende.	26
Figura 19. Mural com fotos de ex-professores e ex-funcionários da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, 2019 - Foto: Leandro Rezende.....	27
Figura 20. Mural com fotos dos atuais professores e funcionários da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, 2019 - Foto: Leandro Rezende.....	27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PROBLEMA.....	2
2. MAPEAMENTO DO APORTE TEÓRICO-CIENTÍFICO E DIDÁTICO.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	7
4. OBJETIVO GERAL.....	9
5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
6. REVISÃO DA LITERATURA	10
7. PLANO DE AÇÃO.....	15
8. CRONOGRAMA	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

Atualmente, no meu trabalho docente na Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, em Florestal, eu busco desenvolver o interesse dos alunos pelos bens culturais, materiais e imateriais, de modo a demonstrar que cada estudante é um potencial sujeito histórico, construtor e utente dos bens culturais locais. Dessa forma, partindo dos elementos estudados nas disciplinas da *Pós-Graduação em História e Cultura no Brasil Contemporâneo*, da UFJF, o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende pensar na questão patrimonial da cidade de Florestal, pequeno município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com pouco mais de seis mil habitantes e com 56 anos de emancipação política. Apesar de ser uma cidade nova, a sua história é bem anterior, remetendo ao início da mineração, o que é comprovado por algumas fazendas setecentistas na região.

Neste trabalho docente, elaborou-se um projeto de intervenção pedagógica sobre o patrimônio (material e imaterial) na cidade de Florestal que, não obstante sua potencialidade, possui poucos bens tombados. De acordo com a *Lista de bens protegidos até exercício 2018*, publicada no *site* do IEPHA/MG (2018), a cidade possui apenas três tombamentos em nível municipal: a antiga Usina Hidrelétrica de Florestal, bem imóvel, com características da arquitetura industrial da década de 1930 (tombada em 2005); as Turbinas da antiga Usina Hidrelétrica de Florestal, bem móvel; e o Conjunto Paisagístico Urbano e Natural do Distrito de Cachoeira de Alma, incluindo a Fazenda da Cachoeira, local de nascimento do Governador Benedito Valadares.¹ No mais, nenhuma outra tradição, saber, ou bem material foi tombado ou registrado.

Essa intervenção pedagógica parte do questionamento do que é o “patrimônio” e o que caracteriza os bens culturais, buscando sempre o diálogo com a realidade dos alunos. Da mesma forma, ela dialoga com os parâmetros estabelecidos pelas “Ações de Intervenção Pedagógica” propostas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG, 2019). Segundo tais resoluções,

a partir do fomento e do desenvolvimento de práticas diversificadas, a escola deve buscar garantir a equidade curricular e de aprendizagem aos seus estudantes. De modo a retomar e intervir nas habilidades não desenvolvidas e não consolidadas (SEE-MG, 2019, p.1).

Um dos eixos temáticos propostos pela Secretária de Estado de Educação, para essa ação de intervenção, foi o de Patrimônio Cultural. Dessa forma, o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi potencializado por duas ações de intervenção pedagógica: a elaborada durante o

¹ Benedito Valadares Ribeiro, nasceu em 4 de dezembro de 1892 na Fazenda da Cachoeira, que naquela época pertencia ao município de Pará de Minas. Foi um influente homem público no governo de Getúlio Vargas, sendo o 18º Governador de Minas Gerais, de 15 de dezembro de 1933 até 4 de novembro de 1945.

relatório da disciplina módulo TCC, sob orientação da professora Ana Paula Pereira Costa e a proposta pela Secretária de Estado de Educação, que, no caso específico da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, foi conduzida pelo professor de História e pela equipe de Língua Portuguesa.

Em conjunto com a direção, os professores e os alunos, as duas intervenções foram desenvolvidas. O primeiro passo foi dado com uma grande ação interdisciplinar, aberta para todos os alunos da escola, ocorrida no dia 30 de março de 2019. Posteriormente, os alunos do 1º ano do Ensino Médio fizeram o levantamento dos elementos culturais da cidade, apresentando-os na Feira Cultural. Em seguida, será feita a confecção dos respectivos inventários e registros, a partir dos quais se buscará uma possível intervenção nas políticas públicas municipais. Reitera-se o caráter interdisciplinar do processo, pois “o trabalho a ser desenvolvido envolve todas as Áreas do Conhecimento, na perspectiva que os componentes curriculares estão conectados e se complementam para a formação plena do estudante” (SEE-MG, 2019, p.3).

Nessa oportunidade, priorizou-se a questão patrimonial, na formação de identidades e de memórias locais, bem como na criação de sentimentos de pertencimento a partir do levantamento e do estudo dos bens culturais locais. O tombamento/registro de elementos importantes para a comunidade de Florestal é, sem dúvida, significativo para a sua formação identitária, legitimando os usos dos espaços públicos e as tradições locais. Dessa forma, os levantamentos feitos almejam iniciar e fomentar as discussões sobre a preservação do patrimônio histórico e a educação patrimonial na cidade, evitando a destruição de referenciais da memória coletiva, ou seja: salvaguardar parte da história de uma comunidade local, na medida em que ela se apropria e se (re)significa com os seus bens patrimoniais. Por fim, buscar-se-á, em Florestal, a criação e a efetivação de um Conselho Municipal de Patrimônio, vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMCE), no Setor de Cultura.

1. PROBLEMA

A cidade de Florestal, pequeno município do interior de Minas Gerais, constituiu, ao longo do tempo, um importante acervo patrimonial, tanto material quanto imaterial. Não obstante tudo isso, a cidade não possui uma política de proteção desse legado e nem uma política de educação patrimonial. Dessa forma, nosso problema se resume em duas perguntas: Quais são os patrimônios florestalenses? E por que tais patrimônios não se conformam em uma política de salvaguarda, criando uma preocupação patrimonial, tanto legal (como, por

exemplo, no registro/tombamento) quanto educacional, criando espaços de identidades e sentimentos de pertencimento, a partir dos bens culturais locais?

Segundo o organograma da Prefeitura Municipal de Florestal (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL, 2016), a Divisão de Cultura é subordinada à Secretaria Municipal de Educação e engloba o Setor de Cultura e o Setor de Bibliotecas, sem maiores explicações das funções e atribuições de cada setor. Na atual gestão, ainda não houve uma política institucional de preservação e de educação patrimonial, de modo que a cidade não pontua no ICMS Patrimônio Cultural. Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG),

o ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado, por meio de repasse de recursos para os municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais através de políticas públicas relevantes. O programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais (IEPHA-MG, 2016).

O fato de não estabelecer uma política municipal de preservação coloca a cidade de Florestal em situação de desvantagem frente aos municípios vizinhos, como Pará de Minas ou Mateus Leme, por exemplo. Da mesma forma, põe em risco a existência dos patrimônios materiais e imateriais locais, na medida em que não desenvolve nenhuma atividade de salvaguarda ou de integração e mobilização cultural, reforçando sentimentos de pertencimento, de memória e de educação cultural.

O exemplo de Pará de Minas, citado acima, evidencia o quanto a cidade de Florestal perde em termo de gestão patrimonial. Aquele município, vizinho a Florestal, tem uma das maiores pontuações no ICMS Patrimônio Cultural na Região Centro-Oeste de Minas. Segundo os dados do IEPHA-MG (2018), Pará de Minas, no exercício do ano 2017, fez uma pontuação total de 17,85, recebendo naquele ano a quantia de R\$ 295.101,17 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). Na cidade há um atuante Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, criado em 1998 e responsável pelo inventário dos patrimônios locais. No documento, disponibilizado no *site* da prefeitura patafufa,² consta que

o município de Pará de Minas possui muitos bens inventariados: 179 (cento e setenta e nove), sendo 01 conjunto paisagístico, 60 estruturas arquitetônicas e urbanísticas, 111 bens móveis e integrados, 04 fontes arquivísticas e 03 patrimônios imateriais, com inventários realizados entre 1999 e 2014 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS/MG, 2019).

² Patafufa é um dos gentílicos relativo à cidade de Pará de Minas.

Da mesma forma, a cidade faz um relevante trabalho de educação patrimonial junto aos estudantes das escolas públicas e particulares no Museu Histórico, Documental, Fotográfico e do Som de Pará de Minas – MUSPAM, com a finalidade de “promover mais interação da comunidade escolar do município e seus distritos com o patrimônio histórico da cidade, por meio do conhecimento e acesso ao acervo do Museu” (LIMA, s/d, p.1).

Diante desse cenário, tendo em mente o exemplo da cidade de Pará de Minas, levantamos duas hipóteses:

Hipótese 1: Ao elaborar uma retrospectiva dos diversos paradigmas em torno da noção e da preservação do patrimônio cultural no Brasil, Márcia Chuva (2012) afirma que ele é historicamente construído, na medida em que surgem orientações de práticas e de políticas públicas para a sua preservação cultural. É significativo que na cidade de Florestal - que está entre os municípios da Região Metropolitana e entre os municípios do *Circuito Cultural Trilha dos Bandeirantes* - não se tenha o levantamento dos seus bens culturais, uma vez que a questão patrimonial é de grande relevância na atualidade, inclusive para a municipalidade, ao reverter-se em insumos como o ICMS cultural. E, nesse sentido, sabendo que o campo patrimonial é sempre um campo que suscita embate e debate, na medida em que acarreta, na sua configuração, jogos de poderes locais, envolvendo a esfera pública e privada, acreditamos que, nas demandas locais, o patrimônio tenha ficado em segundo plano. Dessa forma, seria possível pensar numa política pública que, desde 1939,³ privilegiou outros aspectos, principalmente os ligados ao desenvolvimento de um polo agrícola com a Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (Cedaf) (UFV, 2019), renegando uma política patrimonial pautada na preservação e na memória. A cidade tem importantes legados, como os tapetes arraiolos ou a fabricação de doces caseiros, biscoitos, queijos e quitandas, mas que nunca foram vistos como patrimônio e sim como produto comercial.

Hipótese 2: Relacionado ao descaso público com o patrimônio existe a falta de um sentimento de pertencimento vinculado à cidade de Florestal, fato justificado pela proximidade com grandes polos urbanos: Belo Horizonte, Contagem, Betim ou Pará de Minas. A cidade é pequena e configura-se, para muitos moradores, apenas como um dormitório, haja vista o trabalho diário nos grandes centros industriais. D’Alessio (2012) é categórica ao dizer que a “preservação depende de cada período histórico, de cada geração, de cada grupo social” (p.88). Assim, as recentes gerações não se reconhecem na cidade o que é

³ A Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (Cedaf) “originou-se da Fazenda Escola de Florestal, fundada em abril de 1939, pelo então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, com o objetivo de formar capatazes e ministrar cursos rápidos aos fazendeiros” (UFV, 2019). Desde 1969 foi incorporada à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

potencializado pela falta de uma educação patrimonial adequada. O processo formativo local se esquece da grande riqueza de patrimônios, que são decorrentes de múltiplas memórias. Corroboro a ideia apresentada por D'Alessio (2012) ao afirmar que: “a prática de registro dos acontecimentos ou ausência dela revela o tipo de relação com o tempo desenvolvido por grupos ou sociedades” (p.79). O tombamento/registo de elementos importantes para a comunidade de Florestal, sem dúvida, seria significativo para sua formação identitária, legitimando os usos dos espaços públicos e as tradições locais.

Partindo dessas hipóteses, o nosso objetivo é irradiar, a partir da única escola estadual da cidade, o desejo de preservação patrimonial, a partir de um reconhecimento identitário, criando uma consciência crítica em relação aos aspectos culturais locais, de modo a mobilizar os estudantes, suas famílias e os poderes públicos a respeito da negligente gestão patrimonial. Políticas públicas e educacionais podem ser eficazes na salvaguarda do patrimônio, de modo a criar um Conselho Municipal de Patrimônio ou um Setor responsável por essa gestão no município de Florestal, bem como articulando elementos básicos para fomentar um processo de educação patrimonial.

2. MAPEAMENTO DO APORTE TEÓRICO-CIENTÍFICO E DIDÁTICO

Pensar no mapeamento do aporte teórico-científico e didático consiste, para além de uma seleção de teorias, bibliografias e recursos, em estabelecer o público alvo, ou seja, os estudantes, sobre o qual a intervenção será realizada. Dessa forma, foram selecionadas duas turmas de 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, em Florestal, para fazer o levantamento do patrimônio local. Há uma infinidade de material impresso, *on-line* e em vídeos disponíveis sobre o patrimônio e sua preservação. Dessa forma, no presente mapeamento, selecionaremos alguns textos estudados nas disciplinas *História e Cultura*, *Patrimônio Cultural no Brasil*, *Patrimônio e Turismo*, *Bens Culturais* e *História e Memória*, bem como algumas leituras feitas em outros momentos acadêmicos. A teoria servirá como solução para a pergunta “O que é Patrimônio?”. Portanto, selecionamos os seguintes textos:

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.149-164.

- COLI, Jorge. Materialidade e imaterialidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.67-77.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Patrimonialização do Patrimônio: Ensaio sobre a relação entre Turismo, “Patrimônio Cultural” e Produção do Espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 31, p. 95-104, 2012.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio – O papel do historiador. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.79-90.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- LE GOFF, J. Documento/ Monumento. In: _____. *História e Memória*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PELEGRINI, Sandra C. A; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PREVEL, Daniel Ribeiro; CAMPOS, Juliano Bitencourt. O patrimônio cultural como instrumento de fortalecimento da cidadania. *Revista Tempos Acadêmicos*, nº10, Criciúma, p.172-180, 2012.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. Patrimônio e história: a abordagem territorial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.303-335.

Por sua vez, a análise dos recursos didáticos buscou responder as seguintes perguntas: “Quais são os patrimônios florestalenses?”, “Esse patrimônio é nosso?”, “Esse patrimônio nos representa?” e “Como preservar nosso patrimônio?”. Usaremos o livro didático, cartilhas sobre educação patrimonial, os elementos desenvolvidos nas “Ações de Intervenção Pedagógica”, proposta para o dia 30 de março; vídeos sobre a cidade de Florestal, o site da prefeitura, da CEDAF/UFV, do IEPHA e do IPHAN.

Livro didático: BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História: Sociedade & Cidadania 1*. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016. (Cap. 1 “História, cultura, patrimônio e tempo”).

Cartilhas: BRAYNER, Natália Guerra *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 32 p. e BESSA, Altamiro Sérgio Mol, et all. *Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro*. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004, 26p.

Vídeos no *YOUTUBE*. A seleção de vídeos visa mostrar aos estudantes que a cidade de Florestal tem um grande potencial patrimonial, que, no entanto, não é reconhecido pela maioria, por dois motivos: por não saber o que é o patrimônio e por não se identificar com o patrimônio local. Merece destaque o vídeo *Florestal MG Antigamente* que mostra uma série de fotos p/b da cidade, incluindo um conjunto de edifícios demolidos nas décadas de 1970 a 1990. Os vídeos selecionados foram:

- LUCIANOLACERDA. Cidade de Florestal/MG, 04/10/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cQmbhr4sY2A>>. Acesso em 30/03/2019.
- WCDFLORESTAL. Praças de Florestal/MG, 28/07/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=An_fbqOyglw>. Acesso em 30/03/2019.
- WCDFLORESTAL. Florestal MG Antigamente, 12/09/2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ifuxXtS1lf4>>. Acesso em 30/03/2019.
- WCDFLORESTAL. Cidade de Florestal MG Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oSNHkQNjJGk&t=142s>>. Acesso em 30/03/2019.

Além disso, buscou-se referências nos seguintes *sites*:

- Site da prefeitura: <https://florestaltransparente.com.br/>
- Site da CEDAF/UFV: http://www.portal.ufv.br/florestal/?page_id=3719
- Site do IEPHA: <http://www.iepha.mg.gov.br/>
- Site do IPHAN: <http://www.iepha.mg.gov.br/>

Os *sites* selecionados mostram o lado oficial da questão patrimonial, focando as políticas públicas de preservação e/ou a falta delas.

Por fim, estabelecemos uma profícua relação com as determinações oficiais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG), que prevê Ações de Intervenção Pedagógica em três datas distintas no ano letivo de 2019, sendo a primeira delas com a temática de Patrimônio Cultural:

- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE-MG). *Intervenção pedagógica e o direito à aprendizagem*. 2019. Disponível em <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/acoesdeintervencapagogica.pdf>> Acesso em 30/04/2019.

3. JUSTIFICATIVA

Nosso trabalho parte da interessante dimensão humana, exposta por Eric Hobsbawm (1998), de que “todo ser humano tem consciência do passado” (p.17) de modo que o passado

é “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (p.17). Dessa forma, conclui-se que preservar o passado é criar uma consciência do presente, numa dimensão identitária no tempo e no espaço. Sendo o passado uma condição inerente ao homem, surge a vontade de resgatar vestígios, na capacidade de guardar lembranças. Logo, têm-se diferentes formas de se reaver o passado, abarcando diferentes elementos de memória que emergem, tanto dos grupos sociais quanto dos indivíduos. Nesse sentido, a cidade de Florestal necessita de meios pelos quais seus habitantes possam se reconhecer enquanto elementos integrantes e estruturantes da sociedade, preservando tradições culturais locais, interpostas como elos culturais entre as gerações.

Jacques Le Goff (1990, p.473), em seu verbete “Memória”, nos lembra que

[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações.

O medievalista francês é enfático ao afirmar que “a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se ‘indaga’, se ‘testemunha’” (LE GOFF, 2003, p.9) Essa indagação, por sua vez, ampara-se em vestígios, pois, o passado, em sua totalidade, não pode ser reconstituído.

O passado não se conserva em sua totalidade! Deste modo, tanto forças sociais quanto os historiadores efetuam escolhas – conscientes ou não – no almejo de perpetuar um registro. “Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, 2003, p.535). Monumentos são sinais do passado. Eles evocam, coletivamente, algo que precisa ser rememorado. Estruturalmente, o monumento se configura em elementos arquitetônicos, obras comemorativas, marcos funerários ou qualquer outro ato que traz um traço coletivo que precisa ser preservado. Por sua vez, os documentos são os testemunhos históricos selecionados pelo historiador como prova do passado.

De forma mais objetiva do que os monumentos, os documentos oficiais e escritos configuraram-se, por muito tempo, numa vertente Positivista, como provas exclusivas da produção historiográfica. Há, como bem destacou Le Goff (2003), um triunfo do documento – ampliando seu conceito para além do documento escrito – sem o qual não haveria a produção histórica. Os fatos não documentados não poderiam ser registrados. Todavia, há uma dualidade entre Documento/Monumento. Percebemos que um conjunto selecionado de documentos, ao configurar-se como elemento importante para um grupo social, torna-se um

monumento, pois, como já afirmava, em 1837, Augustin Thierry, eles têm o poder de “fazer vir à luz as raízes mais profundas e mais vivas da nossa ordem social atual” (*Apud* LE GOFF, 2003 p.537).

Outrossim, em novas abordagens historiográficas, os monumentos tornam-se documentos para o historiador, na medida em que a noção de fonte histórica é ampliada. Lucien Febvre, em 1949, já afirmava que a “história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” (*Apud* LE GOFF, Jacques, 2003 p.537). Logo, documentos, patrimônios e tradições recolhidos e reconhecidos pela memória coletiva, ao serem selecionados pelo historiador, transformam-se em monumentos. Há um jogo de poderes e de interesses que transformam o documento em monumento, pois todo documento é produzido num determinado contexto social, demarcando e registrando, de forma consciente ou não, elementos presentes no meio social que o produziu. Não há documento desvinculado com o ato e o momento de sua produção, pois ele usa das estruturas possíveis do tempo e da sociedade.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p.545).

Sendo assim, conclui-se que o levantamento dos patrimônios materiais e imateriais da cidade e da comunidade de Florestal é fundamental para a construção e configuração de um conjunto documental e memorial da cidade. Da mesma forma, podemos pensar que essa construção não perpassa apenas pelo levantamento. É fundamental a atuação conjunta dos poderes públicos e das instituições de ensino. No caso florestalense essa função recai, sobremaneira, sobre a única escola estadual, local privilegiado para a construção de uma educação patrimonial, sensibilizando, a partir de diferentes estratégias, os estudantes e a comunidade sobre questões patrimoniais, históricas e memorialísticas.

4. OBJETIVO GERAL

- Fazer o levantamento dos principais patrimônios materiais e imateriais que compõem a cidade de Florestal, de modo a despertar o interesse dos estudantes por eles, contribuindo com a sua preservação, enquanto elementos de memória e de pertencimento. A partir disso, buscar meios para a proposição de ações preservacionistas e educativas, em torno das questões patrimoniais e culturais locais.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Iniciar atividades de educação patrimonial na cidade de Florestal;
- Criar um Conselho Deliberativo ou um Setor Patrimonial junto a Divisão de Cultura da prefeitura;
- Buscar exemplos bem sucedidos nos municípios vizinhos a respeito da gestão patrimonial;
- Criar uma consciência crítica e participativa nos alunos da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, de modo que eles legitimem os usos dos espaços públicos e preservem as tradições presentes nas memórias locais.

6. REVISÃO DA LITERATURA

A partir do mapeamento do aporte teórico-científico e didático, citado acima, podemos pensar a forma como a questão patrimonial é desenvolvida tanto no nível acadêmico-científico como no nível fundamental e médio da Educação Básica. Percebe-se algumas proximidades na transposição didática, transformando um conhecimento científico em um meio de estudo escolar. Essa proximidade é potencializada pelos atuais debates desenvolvidos nas mídias,⁴ nas redes sociais e até mesmo em desastres, tal como o fatídico incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro.⁵ Nunca se falou tanto em patrimônio como se tem falado nos últimos tempos! Há, sem dúvida, uma mudança em curso nas formas como as políticas patrimoniais cuidam dos bens culturais, materiais e imateriais, criando um espaço propício para o debate, a informação e o diálogo. Tudo isso cria certa afinidade com o conceito de patrimônio, mesmo que seja uma empatia, ainda que rasteira, ancorada na velha máxima que as coisas antigas precisam ser preservadas.

Não obstante o interesse dos alunos e a infinidade de material impresso, *on-line* e em vídeo disponível sobre o patrimônio e sua preservação, percebe-se que esse tema é apresentado, na prática docente, de forma superficial e deslocado da vida cotidiana. Existem informações e material didático (BOULOS JUNIOR, 2016), contudo as questões patrimoniais são apresentadas de forma longínqua, desvencilhando o conhecimento histórico acerca dos bens culturais para elementos que não formam a identidade local e que não configuram a

⁴ Podemos citar os *sites* do IEPHA/MG e IPHAN com interessante material sobre as questões patrimoniais no estado de Minas Gerais e no Brasil respectivamente. Cf: *Site* do IEPHA: <http://www.iepha.mg.gov.br/> e *site* do IPHAN: <http://www.iepha.mg.gov.br/>.

⁵ Na noite de 2 de setembro de 2018, o Museu Nacional do Brasil, localizado na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, sofreu um incêndio de grandes proporções, destruindo quase a totalidade do acervo histórico e científico. Na época o assunto foi muito divulgado e debatido pela mídia.

memória social. Há um reconhecimento, mas não existe a sensação de pertencimento. Por exemplo: o Cristo Redentor do Rio de Janeiro é um patrimônio inquestionável por sua beleza e monumentalidade; mas a imagem, de 170 cm, do Cristo Redentor que fica na pracinha defronte a escola estadual de Florestal não é, inicialmente, reconhecida como um patrimônio, uma vez que o conceito não interage com a realidade local. Contudo, todo mundo, ao passar em frente da imagem, se benze com o sinal da cruz. A imagem faz parte do cotidiano, reiterando a religiosidade da população. Logo, falta uma articulação pedagógica que evidencie os conceitos de patrimônio com os bens locais, revelando que os elementos culturais presentes no cotidiano configuram a identidade e a memória da população.

Da mesma forma, o patrimônio cultural, principalmente o imaterial, sofre com as mudanças advindas da modernidade (COLI, 2012): os jovens não têm se interessando pelos saberes, crenças e formas de viver tradicionais. Um grande potencial da cidade, como os tapetes arraiolos,⁶ não chama a atenção dos mais jovens, sendo que a maioria das bordadeiras são senhoras de meia idade. Nesse caso, não há uma identificação cultural e muito menos uma perspectiva financeira, o que poderia ser um atrativo para os jovens. Desse modo, corroboramos o fato de que, na medida em que os jovens se reconhecerem no patrimônio local, criando laços afetivos e identitários e também potencial viabilidade de uso e de ganho, essa situação tende a mudar. Parte dessa mudança, por exemplo, pode ser evidenciada a partir dos vídeos elaborados por um morador local de Florestal (Wellington Diniz), que, preocupado com as questões patrimoniais, fez um levantamento fotográfico dos possíveis patrimônios locais, divulgando-os em sua página pessoal do *Youtube* (WCDFLORESTAL).

Tais questões estão presentes nos artigos acadêmicos selecionados pelo mapeamento bibliográfico. Faz-se fundamental destacar que a nova historiografia evidencia, de forma sistemática, demandas culturais, nas quais o patrimônio ocupa lugar privilegiado. Segundo Sandra Pesavento (2003) a resposta para isso está na palavra “renovação”. Renovação na metodologia, na escrita, nos temas, nos objetos e nas fontes. Muitos documentos tidos até então como irrelevantes ou inadequados para a História passam a ser considerados. Até mesmos documentos tradicionais são revisitados com novas questões-problemas.

A História Cultural é agregadora, abrindo-se a novos campos temáticos de pesquisa: as cidades, a literatura, a memória, as identidades, as artes e o patrimônio. Segundo a autora, a historiografia tradicional privilegiava muito a escrita oficial, em detrimento dos bens culturais materiais e imateriais, que eram concebidas como meras ilustrações ou simples credices (PASAVENTO, 2003, p.48). Logo, toda produção humana transforma-se em fonte para a pesquisa histórica!

⁶ Sobre a tradição dos tapetes arraiolos em Portugal, conferir o artigo de Pires (2016).

Ao falar em patrimônio, em manifestações culturais, em processos de tombamento e de registro, fica evidente uma faceta clara do ofício do historiador, bem destacada no texto de Márcia M. D’Alessio (2012): a íntima relação entre conhecimento histórico, o preservacionismo e a relação entre patrimônio, memória e identidade. O próprio termo utilizado, “patrimônio”, já carrega consigo a ideia de legado, de tesouro, de herança, de preservação, daquilo que passa de geração em geração. Todavia, nem tudo tem o *status* de patrimônio. Ao reconhecer um patrimônio uma comunidade imprime em algum objeto ou saber uma dimensão afetiva, ligada ao modo de ser e de viver, ou seja, à essência daquela comunidade e que por isso deve ser preservado. Contudo, essa preservação não é um congelamento no tempo. Ela precisa ser pensada no tempo e no espaço, historicizada, ou seja, significada historicamente, enquanto elemento de memória e de identidade e principalmente de usufruto da comunidade a qual pertence.

A geógrafa Rita Cruz (2012) apresenta interessantes considerações sobre a questão do patrimônio, estabelecendo uma profícua análise crítica entre a preservação, o turismo, a produção e os usos do espaço, bem como evidenciando os embates, debates, conflitos e, principalmente, as contradições que se tangem na “institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial” (CRUZ, 2012, p.95). Com efeito, a questão patrimonial sempre está imbricada em questões políticas, em interesses pessoais e públicos, na identificação, representação e na apropriação dos grupos sociais, sendo, portanto, inevitáveis contradições e descompassos entre a salvaguarda do patrimônio, seus usos, potencialidades e valores. Nesse sentido, a autora é muito feliz ao identificar tais questões patrimoniais a partir do conceito de cultura. Para tanto, recorre a definições elaboradas por Ulpiano Meneses (MENESES, 1996 *Apud* CRUZ, 2012, p.96), de que a cultura é “uma condição de produção e reprodução da sociedade”, ancorada em valores socioculturais estabelecidos historicamente pelas sociedades, de modo que não existem patrimônios que não sejam culturais.

Todavia, a definição e o estabelecimento de um “patrimônio cultural” marcam, sobremaneira, o estatuto do elemento cultural patrimonializado, selecionando-o e mitificando-o, na medida em que o protege. Dessa forma, ao falar do processo de “patrimonialização”, ou seja, da institucionalização de meios que preservem elementos culturais, tidos a partir de uma seleção com “patrimônios”, a autora é enfática ao afirmar que o “Estado busca assegurar a proteção de determinados ‘bens culturais’ tangíveis”, de modo a “proteger manifestações da cultura consideradas representativas de um dado tempo e de um dado grupo social de ações vorazes e incompassíveis de destruição da memória coletiva” (CRUZ, 2012, p.97). Assim, bens culturais, que inicialmente tinham um uso próprio, passam a ser considerados elementos

representativos de uma identidade local ou nacional, dignos de preservação enquanto herança, ou seja, enquanto elo que une cultural, temporal e historicamente diferentes gerações. Consequentemente, concluímos que o patrimônio cultural em si, possui mais de um valor. O seu valor de uso, o seu valor simbólico, seu valor histórico, seu valor representativo, o valor econômico e o seu valor de troca. O processo pelo qual elementos culturais são classificados como patrimônio é marcado por inúmeros interesses e embates, que, contraditoriamente, podem inclusive ameaçar a própria integridade e identidade do patrimônio. Apesar de existir uma legislação e um aparato normativo que protege o patrimônio é preciso destacar que ele só existe na medida em que é representativo para uma comunidade, que se reconhece naquele patrimônio.

Há, desta forma, um valor de uso, intrínseco ao elemento patrimonializado, ou seja, um valor que remete às suas funções primárias, à praticidade construída por um determinado grupo em determinada época e local. Seja patrimônio cultural material ou imaterial o bem cultural em determinada temporalidade tinha especificidades próprias que lhe garantiam o uso, sendo inteligível sua existência e aceitação naquele momento. Da mesma forma, corroboramos a afirmativa de D'Alessio (2012, p.88) ao dizer que a “preservação depende de cada período histórico, de cada geração, de cada grupo social.” Assim, temos uma grande riqueza de patrimônios, longe de uma única memória, mas sim decorrentes de múltiplas memórias, o que, por sua vez, cria espaço para lutas políticas e conflitos sociais na decisão do que deve ser preservado.

Márcia Chuva (2012) elabora uma retrospectiva dos diversos paradigmas em torno da noção e da preservação do patrimônio cultural no Brasil. O campo do patrimônio foi (e ainda é) historicamente construído, na medida em que surgem orientações de práticas e de políticas públicas para a sua preservação cultural, bem como no embate e no debate, que ele suscita. A autora argumenta que uma das primeiras tentativas de dar uma versão oficial sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil é datada da década de 1980, sendo feita pelo próprio SPHAN. Essa tentativa remontava ao século XVIII, quando D. Luís Pereira Freire de Andrade, governador de Pernambuco, clamava por proteção aos monumentos em memória dos holandeses.⁷ Já no século XX, levando-se em conta a trajetória institucional, numa visão cronológica e linear, haveria duas grandes fases: a heroica e a moderna.

A partir do texto de Chuva (2012) e das considerações de Fonseca (2005), percebemos que, na década de 1990, há o reencontro entre os campos do patrimônio, do folclore e da cultura popular. Tal perspectiva se concretiza com o reconhecimento das especificidades da

⁷ Choay (2001) e Poulot (2009) mostram, como em nível internacional, a questão da proteção patrimonial é antiga, remetendo a necessidade de se preservar uma memória nacional, especialmente na França.

preservação do patrimônio imaterial. Assim, as práticas de preservação, num campo multidisciplinar,

têm abarcado um universo muito amplo de agentes sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio, bem como promovido uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à sua gestão, tanto relacionada aos bens de natureza material, com sua proteção, quanto aos bens de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda. (CHUVA, 2012, p.151).

Da mesma forma, tem-se privilegiado a diversidade nacional, contudo em diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural. Em 4 de agosto de 2000, foi assinado o decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, sendo administrado pelo IPHAN a partir de 2003. Logo, percebemos uma grande reestruturação das instituições de patrimônio, baseada na dicotomia entre patrimônio material e imaterial, mas que nem sempre corresponde a uma aparente unanimidade sobre o assunto, de modo que, segundo Chuva (2012, p.162), essa “divisão artificial implica uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos”. Dessa forma, faz-se necessário destacar que a questão patrimonial sempre está imbricada em questões políticas, em interesses pessoais e públicos, na identificação, representação e na apropriação dos grupos sociais, de modo que conhecer esse processo é uma forma de problematizar a questão do patrimônio, de modo a salvaguardá-lo.

Por fim, corroboramos a ideia apresentada por D’Alessio (2012, p.79) ao afirmar que: “a prática de registro dos acontecimentos ou ausência dela revela o tipo de relação com o tempo desenvolvido por grupos ou sociedades”. O tombamento/registo de elementos importantes para a comunidade de Florestal, sem dúvida, é significativo para sua formação identitária, legitimando os usos dos espaços públicos e as tradições locais. Desta forma, o levantamento e o reconhecimento dos patrimônios locais iriam iniciar e fomentar as discussões sobre a preservação do patrimônio histórico e a educação patrimonial na cidade, evitando a destruição de referenciais da memória coletiva, ou seja, salvaguardar parte da história de uma comunidade local, na medida em que se apropria e se (re)significa os bens patrimoniais. Reitero que só preservaremos nosso patrimônio na medida em que o conhecermos bem, tanto no que ele é, por sua própria natureza, quanto nas consequências que a sua patrimonialização causa. Ação política sem um sólido conhecimento, muitas vezes é desperdício de energias, investimentos e recursos!

É fundamental incentivar as pesquisas e as publicações que divulguem os bens culturais. Com efeito, o objetivo de tais publicações é valorizar e promover o patrimônio cultural protegido, tornando-o conhecido por todos, principalmente o público diretamente

relacionado aos bens culturais. Esse é o objetivo das cartilhas culturais selecionadas (BRAYNER, 2007 e BESSA, 2004). Tais práticas, bem descritas na *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados - 2000/2010*, feita pelo IPHAN, visam à preservação e requerem a participação de toda a sociedade, de modo a criar “iniciativas para ampliar a capacidade de ação através de convênios com universidades e instituições de pesquisa, assim como de editais de apoio a projetos” (PORTA, 2012, p.42). Desse modo, presenciamos e buscamos a construção de bancos de dados, inventários nacionais, levantamento bibliográfico, georreferenciamento, além de registros audiovisuais e fotográficos dos nossos patrimônios.

7. PLANO DE AÇÃO

A proposta de intervenção pedagógica será desenvolvida em cinco etapas. Na primeira, ocorrida no dia 30 de março de 2019, todos os estudantes da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende foram motivados com uma apresentação elaborada pelo professor de História, Leandro Gonçalves de Rezende. A motivação consistiu-se em uma apresentação em *PowerPoint* intitulada *História, Memória e Patrimônio*, na qual se debateu os conceitos de cultura, patrimônio, memória e história. A palestra começou com o vídeo do historiador Saulo Goulart (2017), no qual se evidenciou que o conceito de Memória não é igual o conceito de História. Como bem destaca Goulart (2017), memória e história têm um recorte bem comum: o corte entre presente e passado, que dá a humanidade a ideia de tempo, ou melhor, a “consciência de tempo”. Tanto a história quanto a memória servem-se do tempo nas construções que realizam, todavia os instrumentos intelectuais e os resultados que ambas produzem são diferenciados. A memória não é uma atribuição acadêmica, mas sim, um atributo ou habilidade, que não parte de uma instrumentalização. Ela é “sujeita a falhas a indefinições ou constante reformulações” (GOULART, 2017).

Da mesma forma que a História, a memória também é uma composição narrativa (individual ou coletiva), que reconstrói e dá sentido ao passado. Essa reconstrução, não é uma simples lembrança, mas sim, configura-se em rememoração, efetivando e conferindo reconhecimento a um fato. Ao contrário, a construção histórica, enquanto uma ciência, utiliza-se de vestígios, incluindo nesse caso a memória, buscando a verificação e ao confronto de fontes. Assim, para além de meras lembranças ou esquecimentos, a História questiona a Memória, reformulando a construção do passado, a partir de questões-problemas, cruzando

vestígios do corpo social que originou a própria memória, ou um conjunto de memórias (BARROS, 2009).

Essa primeira parte da intervenção pedagógica foi aberta a todos os alunos da escola e fez parte das Ações de Intervenção Pedagógica, objetivando, a partir do tema Patrimônio Cultural, “planejar, articular e discutir, conjuntamente, as atividades que serão trabalhadas em sala de aula, viabilizando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, a partir de um trabalho inter e transdisciplinar” (SEE-MG, 2019, p.5). Os alunos foram questionados com as seguintes perguntas: Florestal tem História? Tem Patrimônios? Tem memórias? Os alunos, de forma engajada, a partir das informações apresentadas, fizeram diferentes produções de texto, enfatizando a dimensão patrimonial, os elementos de cultural e de memória, bem como a questão da identidade e do pertencimento à comunidade local.

Abaixo, temos algumas fotos desse momento:



Figura 1. Trabalhos realizados na Ação de Intervenção Pedagógica – Foto: Leandro Rezende



Figura 2. Apresentação do professor sobre patrimônios culturais no dia da Ação de Intervenção Pedagógica – Foto: Sílvia Cunha

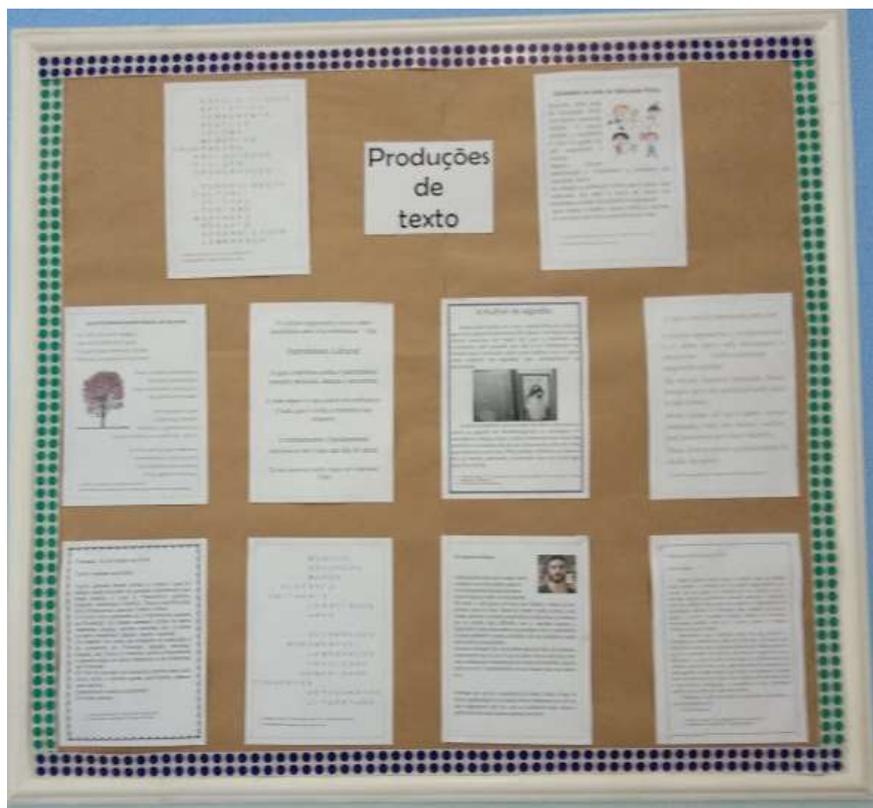


Figura 3. Produções textuais elaboradas pelos alunos durante a Ação de Intervenção Pedagógica - Foto: Leandro Rezende

Na segunda etapa da intervenção, foram selecionados alunos do 1º ano do Ensino Médio. Os estudantes, no mês de abril, fizeram uma visita de reconhecimento aos bens tombados, problematizando esse tombamento e comparando porque outros lugares e saberes, tão significativos como os reconhecidos, não são tombados. A partir disso, nos meses de abril e maio, os alunos, em grupo, fizeram o levantamento dos patrimônios materiais e imateriais da cidade de Florestal. Nesse levantamento, os estudantes consideraram os seguintes patrimônios:

- A Igreja Matriz de São Sebastião e sua praça fronteira (Praça Torquato de Almeida). A Igreja Matriz foi construída em 1941, por iniciativa do Vigário Hermenegildo Vilaça. Seu estilo corresponde a um neogótico simplificado, com arcos ogivais e torre central. A cidade, de fato, cresceu ao redor da igreja, sendo esse um ponto de referência social, cultural e religiosa. Até hoje, o badalar dos sinos anunciam os falecimentos e os acontecimentos locais (como a grande enchente de 2011). Os alto-falantes da torre, todos os dias, às 18 horas, tocam a Ave Maria (ou a *Regina Coeli* na época da Páscoa) e uma funcionária da paróquia anuncia os acontecimentos do dia: reuniões civis e religiosas, festas e óbitos. A população da cidade é, em grande maioria, católica, mas o serviço de “informação” da igreja é aberto a qualquer aviso. Essa tradição local já faz parte do cotidiano da cidade e, no momento em que o alto-

falante estragou, houve grande mobilização para consertá-lo, pois o mesmo fazia falta na cadência cotidiana da comunidade. Da mesma forma, a Praça da Matriz ou Praça Torquato de Almeida, com seu coreto, árvores e bancos é um ponto estratégico da cidade e um espaço de sociabilidade. É o lugar de encontro de todos: desde os jovens, em suas festas, até os idosos que jogam dama nos banquinhos. É um espaço público, constantemente utilizado. Os alunos concluíram que a Igreja Matriz e sua praça têm papel importante na configuração da realidade local e reconheceram esse local como um espaço de sociabilidade e de encontro; símbolo da cidade, antes mesmo de sua fundação. Dessa forma, houve o levantamento de fontes históricas e iconográficas sobre a igreja, demonstrando que apesar de várias modificações no seu entorno, ela configura como um registro (monumento) de sua época, sendo apropriado de formas diversas pelos moradores, seja no culto religioso, seja na sociabilidade ou em festividades. Abaixo, algumas fotos, desde a construção:



Figura 4. Construção da Igreja Matriz de São Sebastião, em Florestal - Fotografia desconhecido.



Figura 5. Festividade em frente à Igreja Matriz de Florestal, na década de 1960 - Foto: Acervo Particular.



Figura 6. Desfile cívico em frente à Igreja Matriz, década de 1970 - Foto: Acervo da Prefeitura.



Figura 7. Igreja Matriz de Florestal, antes da revitalização da praça, década de 2000. Foto: Acervo da Prefeitura.

- O prédio da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende. O Grupo Escolar Serafim Ribeiro de Rezende foi criado pelo Decreto número 2.080, de 26 de abril de 1943, tendo como finalidade atender os alunos da escola primária na Vila de Florestal, na gestão do governador Benedito Valadares. A instalação da escola, de fato, somente aconteceu em 17 de julho de 1945. O nome da escola é uma homenagem a um dos primeiros moradores da cidade, o Juiz de Paz (1916-1936), Serafim Ribeiro de Rezende. Os alunos elaboraram um histórico sobre a escola e sobre o seu patronímico e chegaram a elaborar uma linha do tempo da escola, conforme podemos ver na foto abaixo.

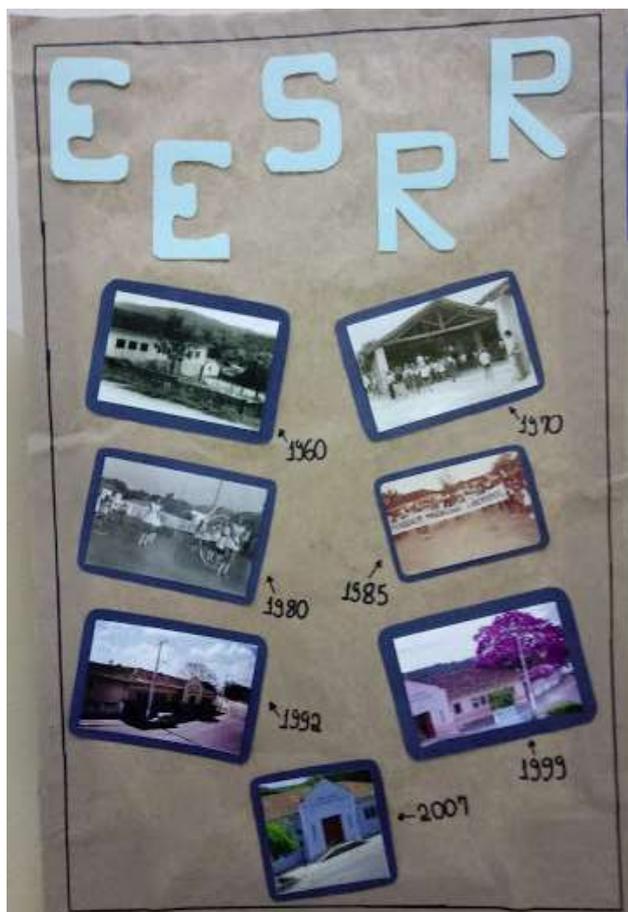


Figura 8. Cartaz elaborado pelos alunos sobre a escola através do tempo - Foto: Leandro Rezende.

- Fazenda de Ribeirão do Ouro. Grande fazenda construída no século XVIII pelo Coronel João Alves, utilizando adobe e pau-a-pique. A fazenda, ao longo dos séculos XVIII e XIX, apresentou grande escravaria. Em termos arquitetônicos, ela possui uma singela capela, dedicada a Santo Antônio, cujo resplendor de ouro teria sido feito com o metal encontrado no Ribeirão das Lajes, denominando, dessa forma, toda a região. Provavelmente é o bem arquitetônico mais antigo de Florestal.



Figura 9. Fazenda de Ribeirão do Ouro, em 2010 - Foto: Acervo particular.

- Também foi levantada como possível patrimônio da cidade a árvore de Ipê Rosa plantada ao lado da escola. Pelos dados orais coletados pelos alunos, a árvore foi plantada na década de 1960 pelos estudantes do grupo escolar, em comemoração pelo dia da árvore (21 de setembro). Os alunos colheram informações orais e fizeram o levantamento iconográfico da árvore, em diferentes décadas e em diferentes estações do ano. A cada inverno, nos meses de junho e julho, a árvore presenteia toda a cidade com uma linda e robusta floração.



Figura 10. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, década de 1960. É possível reconhecer o Ipê Roxo ainda jovem. Foto: Acervo da EESRR.



Figura 11. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, no inverno de 1999 - Foto: Acervo da EESRR.



Figura 12. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, primavera de 2007 - Foto: Acervo da EESRR.



Figura 13. Vista da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, no inverno de 2010 - Foto: Leandro Rezende.

- Produção de tapetes arraiolos. Segundo os testemunhos locais, a técnica chegou à cidade em meados dos anos de 1950 com a família de Carlos Romeiro e sua mãe D. Ana, imigrantes portugueses. Os tapetes arraiolos são típicos tapetes portugueses, bordados com lã e que utiliza o ponto arraiolo, “que é um ponto cruzado oblíquo composto por duas meias cruces, uma das quais tem o dobro do comprimento da outra. Essas duas formam um ponto completo e fazem-se ambas dentro da mesma altura do tecido” (PIRES, 2016). Na cidade de Florestal, várias bordadeiras aprenderam o ofício, que é passado de geração em geração, como fonte de renda e como forma artesanal de um ofício manual, remetendo a uma visão de mundo tradicional. A produção da cidade tem fama nacional, agregando valor social e cultural a quem sabe e vive desse ofício. Vale a pena destacar que em Portugal, essa produção, que tem referências históricas desde o século XVII já é candidata a Patrimônio da Humanidade. Assim, como forma de valorizar e divulgar um saber local, os alunos consideraram importante o registro do saber envolvido na produção dos tapetes arraiolos de Florestal. Abaixo, algumas fotografias.



Figura 14. Mulheres tecendo tapetes arraiolos em Florestal, na década de 1960 - Foto: Acervo Particular.



Figura 15. Tecelã de tapetes arraiolos em Florestal, em 2010 - Foto: Acervo Particular.

- Produção de gêneros alimentícios: queijos, biscoitos, doces e quitandas. Há na cidade de Florestal um saber tradicional na produção de gêneros alimentícios tradicionais do interior de Minas. Os alunos consideraram esse saber culinário como patrimônio local, comum a todo o município. De acordo com vários depoimentos de moradores que habitam a região, a fabricação de tais gêneros alimentícios tradicionais é muito antiga, elaborada a partir de receitas passadas de geração em geração para o consumo doméstico, familiar, reproduzindo costumes associados à divisão de papéis sociais, às tradições gastronômicas e aos rituais de sociabilidade.

Após esse levantamento, elaborou-se a terceira fase da intervenção. Essa etapa consistiu na apresentação dos bens culturais materiais e imateriais na Feira de Cultura, que aconteceu em junho. O material produzido até então foi mostrado a toda comunidade escolar, juntamente com outras atividades. De forma geral, os trabalhos priorizaram a identidade local e a escola como espaço de construção de memórias, tanto individuais quanto coletivas.

Veja as fotos abaixo:

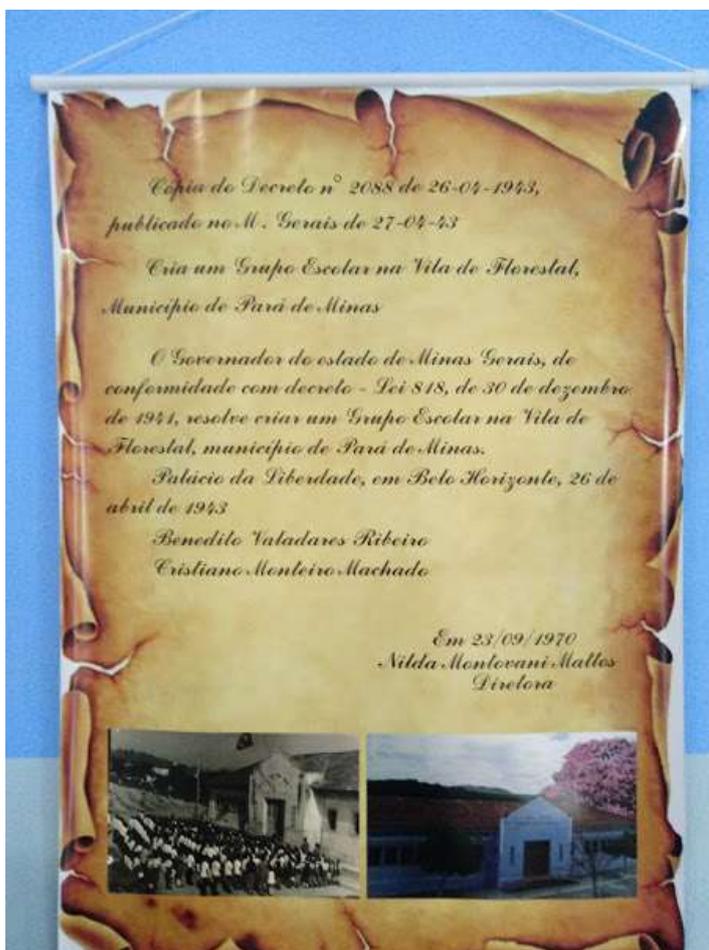


Figura 16. Banner com o Decreto de Criação da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende - Foto: Leandro Rezende.



Figura 17. Linha do tempo elaborada pelos alunos durante feira cultural, 2019 - Foto: Leandro Rezende.



Figura 18. Linha do tempo elaborada pelos alunos durante feira cultural, 2019 - Foto: Leandro Rezende.



Figura 19. Mural com fotos de ex-professores e ex-funcionários da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, 2019 - Foto: Leandro Rezende.



Figura 20. Mural com fotos dos atuais professores e funcionários da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, 2019 - Foto: Leandro Rezende.

Luana Leal (2012, p.1) é enfática ao afirmar que “a Memória pode-se traduzir como as reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado”. Porém, o conceito de Memória é muito mais abrangente, e, como bem demonstrou o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), ele sobrepuja uma dimensão que é puramente individual para se constituir como um fato social, construído pelos grupos sociais. “As memórias de um indivíduo nunca são só suas e nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade” (LEAL, 2012, p.1).

Nesse sentido, a memória individual seria a capacidade de lembrar um fato passado, relatando-o e guardando-o. Num caráter psicológico, a memória individual é a pura faculdade de armazenamento de informação. Logo, percebemos que a memória individual está na relação entre um evento passado e a capacidade que os indivíduos têm de resgatar a informação de tal acontecimento, dando-lhe um testemunho. No entanto, nenhum indivíduo está isolado socialmente. Na convivência social e nas relações estabelecidas em grupos, os testemunhos individuais transformam-se em memória coletiva, na medida em que usam dos quadros sociais que compõem a memória.

O conceito de memória coletiva para Maurice Halbwachs (2006), numa abordagem claramente durkheimiana, ultrapassa a noção de um simples fenômeno individual para um plano sociológico, no qual os fatos sociais são construídos e transmitidos coletivamente. As memórias de um indivíduo nunca são somente suas, de modo que “nós nunca nos lembramos sozinhos, como também o fato de que a memória se esvai quando nos afastamos do grupo que estava a ela ligado” (CASADEI, 2010, p.155). A memória é uma construção do grupo social e utiliza-se de elementos configurados no interior dos mesmos (como as ideias, a linguagem ou as palavras). Dessa forma, são os grupos sociais que “determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada.” (LEAL, 2012, p.1). As memórias coletivas são produtos de grupos sociais, de modo que “relação entre o testemunho do “eu” e o testemunho do “outro” deve ser harmoniosa no sentido de que ambos devem se entender como fazendo parte de um mesmo grupo e o evento vivido e recordado deve ser comum aos membros desse grupo” (LEAL, 2012, p.3). Nas palavras de Halbwachs (2006, p.30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.

Icles Rodrigues (2017) argumenta que o conceito de memória coletiva tem como ponto chave a noção quadro social, que marcam as sociedades, ou seja, suas representações, seus valores, a sua moral, etc. Logo, só podemos lembrar quando recuperamos os acontecimentos passados diante dos marcos sociais estabelecidos. Maurice Halbwachs

entende a memória coletiva como um fenômeno que surge da interação social, uma vez que sempre há representações coletivas do mundo, tanto no presente quanto no passado. Dessa forma, eventos e experiências lembrados são frutos das interações coletivas, havendo uma transposição de uma lembrança individual para uma lembrança coletiva, fundada nos contextos e interações sociais. Percebemos que a memória coletiva corresponde à memória de um grupo, bem como a cada componente desse grupo, que com ela se identifica. “O grupo é portador da memória e esta é consensualizada mediante as relações que se estabelecem dentro do próprio grupo” (LEAL, 2012, p.4). A memória coletiva é, portanto, a confluência das relações que as lembranças individuais estabelecem enquanto integrantes de um grupo. Nas palavras de Halbwachs (2006, p.69) “diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Assim, a memória não é puramente um discurso elaborado sobre o passado a partir de uma lembrança individual, mas sim um elemento ancorado na vivência coletiva, que, de forma harmoniosa, cria uma base comum para o grupo social. “A constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência” (LEAL, 2012, p.3). Percebemos que a memória personifica elementos do passado, compartilhando memórias coletivas. Segundo Barros (2009, p.41), a memória coletiva “se refere não apenas a esse processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais”. A memória é coletiva e está relacionada a um grupo social, na medida em que essa narrativa do passado cria sentimentos de coerência e de continuidade, de pertencimento e de permanência sem, todavia, anular ou descaracterizar o próprio indivíduo.

A quarta fase, ainda a ser elaborada, consiste na escrita de um inventário desses elementos patrimoniais levantados até o momento. Esse breve inventário visará o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais e o registro dos saberes, que os alunos julgaram significativos para a cidade e para a comunidade. Em agosto, será elaborada uma ficha de inventário a ser preenchida pelos alunos, sob orientação do professor. A ficha constará de histórico, localização, usos, época, descrição, estado de conservação, etc.

Após a elaboração do inventário (ou registro), ele será encaminhado à Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Florestal, reivindicando a criação de um Setor de Patrimônio e a elaboração de atividades de educação patrimonial.

8. CRONOGRAMA

TABELA 1 – Cronograma da Intervenção Pedagógica na EESRR

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO													
Item	Atividade	Período (mês)											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	Atividade interdisciplinar motivadora pra os alunos.			X									
2	Levantamento dos patrimônios materiais e imateriais de Florestal				X	X							
3	Feira Cultural da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende com exposição sobre os itens levantados						X						
4	Inventários dos patrimônios culturais								X	X			
5	Encaminhamento do inventário junto à Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal de Florestal, reivindicando a criação de um Setor de Patrimônio e a elaboração de atividades de educação patrimonial.										X		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essência de uma cidade reside na comunidade que se congrega em seu seio. Nesse conjunto, configura-se uma realidade que é social e/ou culturalmente constituída, desconstruída e reconstruída a partir das percepções, significados e sentidos dos vários grupos sociais na sua convivência cotidiana, imbricando-se na tessitura do mundo como representação. Assim, concluímos que a cidade de Florestal, uma típica pequena cidade do interior das Minas Gerais, é um espaço privilegiado, no qual expressões culturais e patrimoniais puderam ser construídas e compartilhadas por membros de uma sociedade, cujos suportes de memória são seus bens culturais, materiais e imateriais. Tais suportes, frutos das inúmeras relações cotidianas, que já aconteceram e que ainda acontecem, precisam ser preservados, garantindo a continuidade da identidade e da memória comum dos florestalenses.

Com efeito, a preservação somente será efetivada quando a comunidade e os órgãos públicos se conscientizarem da importância dos bens culturais, de sua centralidade na conformação das tradições, na construção de suas memórias e na manutenção de sua identidade, que mesmo ressignificada ao longo tempo, sempre terá o aporte de suas bases locais, enraizadas na História, nos casos, na arquitetura, nos saberes, nos modos de viver e fazer, enfim, em todo o aparato cultural criado pela comunidade e apropriado como um referencial de memória coletiva, traduzindo a alma e a essência da comunidade de Florestal.

Nesse sentido, a experiência mostrou-nos que uma consistente e eficaz educação patrimonial desenvolvida na escola, cumpre, de modo louvável, o seu papel conscientizador, na medida em que aproxima teorias e discussões acadêmicas da vivência prática de cada um. O levantamento dos possíveis patrimônios materiais e imateriais da cidade de Florestal, bem como a elaboração de seus respectivos inventários, é fundamental para construção de políticas públicas de preservação. Todos os moradores da cidade são parte integrante do patrimônio local. Sempre há, nas mínimas atividades, uma relação cultural, que muitas vezes passa despercebida, mas que é fundamental para que a atividade aconteça. A conscientização dessas questões patrimoniais é o primeiro passo para sua preservação, garantindo a mobilização da comunidade em torno dos setores públicos, de modo a viabilizar a sua salvaguarda e a continuidade dos usos.

Contudo, entender as questões patrimoniais de uma localidade não passa apenas pela exigência de sua preservação. É preciso legitimar os usos dos espaços públicos e as tradições locais, criando sentidos e sentimentos no seio comunitário. Dessa forma, o presente Trabalho de Conclusão de Curso, buscou meios para que a população de Florestal se reconhecesse em seu patrimônio, a partir do estímulo da educação patrimonial, que, nutrida por um subsídio

teórico-científico, didático e acadêmico, fosse apropriada pelos jovens estudantes, em sua realidade cotidiana, fomentando as discussões sobre a preservação do patrimônio cultural, evitando a destruição de referenciais da história da comunidade local, na medida em que ela se encontra e se (re)significa nos seus bens patrimoniais e culturais.

Diante do exposto, cabe-nos questionar o nosso papel enquanto educador no meio social e o retorno humano que buscamos, a partir do ensino de História. A História é uma ciência complexa e toda a humanidade é agente de sua escrita. Cada indivíduo é um sujeito social, que, ao longo de sua vivência, cumpre um papel histórico. Essa aproximação com elementos cotidianos e representativos, ou seja, com os bens culturais, cumpre uma função pedagógica norteadora da compreensão das ações humanas ao longo do tempo, de modo a interpretar as ações do passado a partir de questões-problemas presentes, bem como indagando e construindo as relações futuras, de forma consciente e crítica, formando uma sociedade múltipla, que valoriza a cidadania, o respeito mútuo, a diversidade social, e, acima de tudo, que preserva a sua memória e o sentimento de pertencimento local.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *MOUSEION*, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.
- BESSA, Altamiro Sérgio Mol, *et all.* *Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casa e cidades, uma herança para o futuro.* Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História: Sociedade & Cidadania 1.* 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016.
- BRAYNER, Natália Guerra. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais.* Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e March Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico.* Maringá, nº 18, maio de 2010, p.153-161. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678/5607>>. Acesso em 08/02/2019.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.149-164.
- COLI, Jorge. Materialidade e imaterialidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.67-77.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Patrimonialização do Patrimônio: Ensaio sobre a relação entre Turismo, “Patrimônio Cultural” e Produção do Espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 31, p. 95-104, 2012.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio – O papel do historiador. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.79-90.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Lei Robin Hood.* Município de Pará de Minas, 2017. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=17>. Acesso em 21/04/2019.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). Diretoria de Promoção - Gerência de Cooperação Municipal. *Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS- Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado - até o ano de 2017 / exercício 2018*. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/Documentos/Programas/LISTA_BENS_PROTEGIDOS_AT%C3%89_EXERCICIO_2018_ELEI%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 30/03/2019.
- IPHAN. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 30/03/2019.
- IEPHA-MG. *ICMS Patrimônio Cultural*. 2016. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>>. Acesso em 19/04/2019.
- IEPHA-MG. *Pontuação definitiva ICMS Patrimônio Cultural - exercício 2017, 2018*. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/Documentos/Programas/Pontuacao_Anos_Anteriores_ICMS/Pontuacao_Definitiva_Exercicio_2017.pdf>. Acesso em 19/04/2019.
- LEAL, Luana Aparecida Matos. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs. *Revista Linguasagem*, UFSCar - São Carlos, 18º ed, p. 1-8, 1º Semestre de 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>>. Acesso em 08/02/2019.
- LE GOFF, J. Documento/ Monumento. In: _____. *História e Memória*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LIMA, Lóren Graziela Carneiro. *Ações Educativas como forma de interação entre patrimônio e comunidade: o caso do Museu Histórico de Pará de Minas – MUSPAM*. s/d. Disponível em: <http://www.muspam.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=211:acoes-educativas-como-forma-de-interacao-entre-patrimonio-e-comunidade-o-caso-do-museu-historico-de-para-de-minas-muspam&catid=36:textos&Itemid=89>. Acesso em 19/04/2019.
- LUCIANOLACERDA. Cidade de Florestal/MG, 04/10/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cQmbhr4sY2A>>. Acesso em 30/03/2019
- PELEGRINI, Sandra C. A; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PIRES, Carlos. Uma história de tapetes com raízes nos mouros de Lisboa. *PÚBLICO*, 20 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2016/02/20/local/noticia/tapete-de-arraiolos--o-que-talvez-nao-sabe-e-podia-saber-1723884>>. Acesso em: 30/03/2019.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados - 2000/2010*. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL – MG. Disponível em: <<https://florestaltransparente.com.br/>>. Acesso em 30/03/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL – MG . *Organograma*, 2016. Disponível em: <<https://florestaltransparente.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Organograma-Prefeitura-Municipal-de-FLORESTAL.pdf>>. Acesso em 30/03/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS/MG. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural*, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/12Qn8qK2_DJbw1ecsUz2w4Ist4WfBFOoI >. Acesso em: 19/04/2019.

PREVEL, Daniel Ribeiro; CAMPOS, Juliano Bitencourt. O patrimônio cultural como instrumento de fortalecimento da cidadania. *Revista Tempos Acadêmicos*, nº10, Criciúma, p.172-180, 2012.

RODRIGUES, Icles. In: LEITURA OBRIGAHISTÓRIA. Qual a Diferença entre Memória e História? Conceitos históricos, 20/07/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XRDzvuc4AAU>>. Acesso em 08/02/2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE-MG). *Intervenção pedagógica e o direito à aprendizagem*, 2019. Disponível em <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/acoesdeintervencao pedagogica.pdf>>. Acesso em 30/04/2019.

TRINDADE, Jaelson Bitran. Patrimônio e história: a abordagem territorial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012, p.303-335.

UFV. Ufv-florestal: uma história de 75 anos. Disponível em: <http://www.portal.ufv.br/florestal/?page_id=3719>. Acesso em: 24/03/2019.

WCDFLORESTAL. Praças de Florestal/MG, 28/07/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=An_fbqOyglw>. Acesso em 30/03/2019.

WCDFLORESTAL. Florestal MG Antigamente, 12/09/2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ifuxXtS1lf4> >. Acesso em 30/03/2019.

WCDFLORESTAL. Cidade de Florestal MG Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oSNHkQNjJGk&t=142s>>. Acesso em 30/03/2019.